

APRESENTAÇÃO

Anunciamos, com entusiasmo, a publicação da oitava edição da Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco. Essa é uma edição especial porque, pela primeira vez, o Conselho Editorial decidiu pela limitação temática da revista. E o tema escolhido não poderia ser outro: o novo Código de Processo Civil. O referido diploma legal vem sendo objeto de inúmeros debates na comunidade jurídica, em virtude de vivenciarmos um histórico momento de mudança de paradigmas no processo civil brasileiro. A lei nova exige um intérprete com novas lentes, e a Justiça Federal de Pernambuco vem dar a sua contribuição para o descortinamento das zonas de incerteza que rondam o novo código.

Ao nosso convite acorreram muitos nomes de peso no processo civil brasileiro e inúmeros juristas das mais diversas carreiras jurídicas e regiões geográficas, demonstrando que a revista não é apenas dos juízes federais e nem somente de Pernambuco, mas de todos os operadores do Direito espalhados por esse imenso país.

O Conselho Editorial foi ampliado para enfrentar o desafio: foram recebidos 44 (quarenta e quatro) artigos, dos quais 16 (dezesseis) foram selecionados – dois recordes na história da revista. O grande número de trabalhos enviados, produzidos com inegável qualidade, proporcionou aos avaliadores uma difícil tarefa, porém cumprida com êxito.

A oitava edição da revista proporcionará ao leitor profundas reflexões sobre temas completamente novos no Brasil – como o incidente de resolução de demandas repetitivas, o sistema de precedentes, e o incidente de desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica – e sobre temas antigos que demandam uma releitura com a chegada do novo CPC – como os negócios jurídicos processuais, os embargos de declaração, a mediação e a conciliação, o agravo de instrumento, os honorários advocatícios, a arbitragem, e a justiça gratuita.

Aproveitamos a oportunidade para divulgar na revista os enunciados aprovados por cerca de 500 magistrados estaduais e federais durante o seminário “O Poder Judiciário e o novo CPC”, organizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, no período de 26 a 28 de agosto de 2015 no Superior Tribunal de Justiça, bem como os enunciados elaborados pelos juízes federais da Seção Judiciária de Pernambuco no curso sobre o novo Código de Processo Civil, realizado no mês de junho de 2015. Tais enunciados fornecem

uma primeira visão da magistratura sobre o NCPC antes mesmo de sua entrada em vigor e, o mais importante, permitem que os juízes estudem e reflitam sobre o novo diploma legal.

A Justiça Federal em Pernambuco está de parabéns pela belíssima obra produzida. O Conselho Editorial só tem a agradecer à Direção do Foro, pelo apoio, e aos servidores que colaboraram para a concretização do trabalho.

Sem mais delongas, conclamamos a todos para que iniciem de logo a leitura .

Frederico Augusto Leopoldino Koehler
Juiz Federal Diretor do Conselho Editorial